



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e um, após
2 a verificação da presença e quórum, iniciou-se, pelo sistema virtual “Teams/MsOffice, a
3 **quadragésima sexta Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do**
4 **Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF)**, para dialogar sobre os seguintes pontos
5 de pautas, trazidos na convocação/pauta enviada com a antecedência regimental a todos os
6 membros: I – Abertura dos Trabalhos: 1. Verificação de presença e quórum e 2. Aprovação da
7 Ata da 45ª Reunião Extraordinária; II – Ordem do Dia: 1. Solicitação da Câmara Técnica
8 Permanente de Assessoramento do CRH/DF sobre o encaminhamento da Reunião nº 02/2021, 2.
9 Apresentação Jorge Enoch Furquim Werneck Lima sobre a discussão do Enquadramento no
10 âmbito do CBH Paranaíba-DF e encaminhamentos realizados em 2013 ao CRH/DF, 3.
11 Apresentação da Tese de Doutorado intitulada "Desenvolvimento de um Framework para
12 Avaliação da Integridade Ecológica de Riachos" – trabalho de pesquisa realizado por Camila Aída
13 Campos Couto (servidora da ADASA) e José Francisco Gonçalves Júnior (Orientador) e 4.
14 Encaminhamentos; III – Informes Gerais: 1. Ofício nº 1022/2021 – 1ª PRODEMA/MPDFT e
15 solicitação de prorrogação de prazo ao CRH – encaminhamentos da Resolução CRH nº 7 de
16 20/11/2020, 2. Encaminhamentos ao CRH/DF, solicitação de prorrogação de prazo ao CRH/DF –
17 encaminhamentos da Resolução CRH nº 7 de 20/11/2020; 3. Ofício nº 1355/2021 SEMA/DF –
18 Estudo para salvaguardar a ictiofauna do rio Melchior, e 4. Outros. Estiveram presentes os
19 membros: *Poder Público*: ICMBio – Maurício Cortines Laxe (Titula) e Grahal Benatti (Suplente);
20 Ibram – Janaína Emanuelle M. de O. Starling (Suplente); Sema – Mona Grimouth Bittar
21 (Suplente); Seduh – Edna Aires (Titular). *Organizações Cívicas/Sociedade Civil*: Universidade
22 Holística Internacional da Paz - Unipaz - Regina Stella Quintas Fittipaldi (Suplente); Associação
23 dos Produtores Rurais da Reserva A – APRA – Lauro dos Santos Correia (Titular); Fundação Mais
24 Cerrado – Denise Paiva Agostinho (Suplente); UnB – Ricardo Tezini Minoti (Titular). *Usuários*:
25 *Abastecimento Urbano, Coleta, Tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e*
26 *Hidroeletricidade*: Companhia de Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan Cáceres
27 de Brites (Titular) e Fabio Bakker Isaias (Suplente); *Irrigação e Uso Agropecuário*: Condomínio
28 do Sistema de Irrigação Rodeador – Cosir – Ricardo Kiyoshi Sassa (Titular); *Usos Não*
29 *Consuntivos*: Federação Náutica de Brasília – FNB – Carlos Alberto de Miranda Aviz (Suplente).
30 Drenagem urbana: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Hilton Antonio Domingos



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

31 Moreira (suplente), *Hidroeletricidade* – CEB – Priscila Paris de Mendonça (Titular). Como
32 convidados, também participaram: José Francisco Gonçalves Junior (UNB), Camila Ainda
33 Campos (pesquisadora), Ugo Andreazzi Sema, Ivanete Silva (Casa da Natureza), Raimundo
34 Barbosa (Comunidade de Sobradinho), Alan M. Tonin, Eloneide Menezes Franca, Ligia Silva
35 Viveiros Gurgel, Raquel Brostel (CRH), Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, Ludgero Cardoso
36 Galli Vieira, Sol, Letícia Cristina O. Pontes, Larissa Brenda Cordeiro de Souza (Filhas da Terra),
37 Carmem Correia, Alba, Maria Rita Souza Fonseca, Guilherme Pereira da Silva Sena, Dianne,
38 Gabriela Alves Siqueira e Silva, Priscilla Alves da Rocha (Abha), Thiago Alves do Nascimento
39 (Abha), Junior Rubira (Abha) e Lya Furlaneto (Abha). **I – Abertura dos Trabalhos: 1.**
40 **Verificação de presença e quórum:** O Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes
41 do Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF), Ricardo Tezini Minoti, iniciou a
42 reunião agradecendo a presença de todos e ao apoio da Associação Multissetorial de Usuários de
43 Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas (Abha Gestão de Águas) que fez o link da reunião e
44 irá redigir a minuta da ata. Ele ainda reforçou a solidariedade a todos que sofreram e ainda sofrem
45 com a Covid-19 e ressaltou que brevemente haverá a discussão a respeito da retomada das reuniões
46 presenciais. Para dar prosseguimento, ele fez a leitura do pacto de boa convivência durante a
47 reunião. **2. Aprovação da Ata da 45ª Reunião Extraordinária:** o Presidente destacou que a ata
48 não foi finalizada, inviabilizando o diálogo e aprovação deste item da pauta. **II – Ordem do Dia:**
49 **1. Solicitação da Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do CRH/DF sobre o**
50 **encaminhamento da Reunião nº 02/2021:** O Presidente convidou para expor sobre o item, a
51 coordenadora da Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do Conselho de Recursos
52 Hídricos do Distrito Federal, Raquel Brostel, tendo em vista que esta se trata de uma reunião
53 conjunta do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal e a
54 Câmara. A coordenadora informou que essa é a décima sexta Reunião da Câmara Técnica
55 Permanente de Assessoramento e que há quórum estabelecido para o início da reunião. Ela pontuou
56 que na pauta da Câmara há prevista a aprovação da minuta da ata da décima quarta Reunião. Sem
57 considerações dos membros presentes, a ata foi aprovada. Raquel reforçou que a competência de
58 revisão do enquadramento é do Comitê de Bacia e que esse diálogo é oportuno para se ter um
59 produto mais refinado ao Conselho Distrital de Recursos Hídricos, que aprova o enquadramento.
60 O Presidente do Comitê projetou a Resolução número dois de dois mil e vinte e um do Conselho



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

61 Estadual de Recursos Hídricos e fez alguns destaques acerca da redação trazida, como a previsão
62 de revisão do enquadramento até dezembro de dois mil e vinte e dois. O Presidente do Comitê
63 destacou que houve a procura de algumas comunidades ao Comitê, com reivindicações acerca dos
64 recursos hídricos em suas regiões, que, inclusive, poderão ser tratadas no diálogo para a revisão
65 do enquadramento dos corpos de água. O Presidente chamou atenção que essas comunidades
66 específicas não participaram do processo de construção do enquadramento, seja por falta de
67 conhecimento sobre a PNRH e do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos ou por não terem
68 recebido notificações sobre o processo. **2. Apresentação Jorge Enoch Furquim Werneck Lima**
69 **sobre a discussão do Enquadramento no âmbito do CBH Paranaíba-DF e encaminhamentos**
70 **realizados em 2013 ao CRH/DF:** O Diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e
71 Saneamento do Distrito Federal, Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, foi convidado para falar
72 sobre o processo que se estabeleceu o enquadramento. Ele, com a palavra, destacou que várias
73 pessoas participaram do processo, em alguma ou em todas as etapas, e deixou a palavra aberta para
74 que todos possam colaborar com a apresentação de como foi construído este processo de
75 enquadramento. Ele também esclareceu que sua fala era como ex-presidente de Comitê de Bacia
76 e não falava pela Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal. A
77 apresentação se iniciou explicando o que é o enquadramento dos corpos de água e os usos
78 preponderantes. Segundo a apresentação, o enquadramento é um instrumento de gestão trazido
79 pela Política Nacional de Recursos Hídricos, em que se estabelece classes para trechos do rio, em
80 que se estabelece a qualidade da água necessária para aquele trecho, de acordo com os usos da
81 água. Após a contextualização sobre o enquadramento, Lima apresentou as classes aprovadas e
82 estabelecidas no Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Ele
83 destacou que para se chegar à proposta do enquadramento, foram feitos estudos e levantamentos.
84 Para o diálogo, alguns fatores foram considerados, segundo ele: qual rio temos? Qual rio
85 queremos? Qual rio podemos? Lima voltou a afirmar que todos esses questionamentos foram
86 respondidos baseados em estudos e levantamentos, considerando ainda os usos e o tempo
87 necessário para se atingir à classe estabelecida, assim como o monitoramento e a viabilidade
88 econômica, técnica e social da proposta. Os comitês, em cima do trazido pelo Plano de
89 Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal, encaminharam uma nova
90 proposta para a Câmara Técnica do Conselho, atendendo aos anseios dos Comitês, em que foram



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

91 enquadrados mais trechos nas classes um e dois. Lima destacou o papel da Companhia de
92 Saneamento Ambiental do Distrito Federal no processo e a interação com a Agência Nacional de
93 Águas e Saneamento Básico para aprimorar o trabalho de enquadramento no quesito técnico e para
94 analisar a viabilidade da proposta encaminhada pelos Comitês de Bacias. Neste sentido, a proposta
95 encaminha pelos Comitês de Bacias não foi aprovada, segundo Lima, muito pela ocupação do solo
96 e geração de resíduos em certas regiões, que, mesmo se tratando os resíduos da melhor forma
97 possível, não se atingiria à classe proposta. Lima também ressaltou que as entregas, em Classes,
98 também deveriam ser compatibilizadas junto aos rios de domínio da União. Em outubro de dois
99 mil e catorze, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou o enquadramento dos copos de
100 água do Distrito Federal, explicou. O Diretor também apresentou o Índice de Conformidade ao
101 enquadramento atual no Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos do Distrito Federal. Ele
102 destacou que o trabalho foi muito bem-feito, mas é possível o aprimoramento, retomar o diálogo,
103 desde que seja baseado em dados e estudos que comprovem a viabilidade das classes propostas. O
104 Presidente do Comitê retomou a palavra, registrando a ausência da Agência Reguladora de águas,
105 Energia e Saneamento do Distrito Federal nesta primeira reunião que inicia o diálogo sobre a
106 revisão do enquadramento e destacou a presença da Alba Ramos, ex Coordenadora de Agências
107 de Bacias da Adasa. Sobre a apresentação, o Presidente propôs a reflexão sobre o impacto que essa
108 decisão tem sobre as populações locais, que estão em contato direto com os recursos hídricos. Ele
109 também pontuou que há uma previsão de não se ter mais a Classe 4 no enquadramento, não existe
110 lógica nessa Classe. No entanto, colocou que é o que ainda está vigente e que, dessa forma, acabará
111 sendo utilizada. Mas alertou que também é preciso ter os pés no chão nas discussões das classes e
112 prazos para que a proposta de enquadramento possa ser atingida. O Presidente abriu a palavra a
113 todos. O representante da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal no Comitê,
114 Carlo Renan Cáceres de Brito, ressaltou que há outros órgãos envolvidos na Política de
115 Saneamento Básico. Ele também afirmou que vários Planos devem ser consultados e considerados
116 na revisão do enquadramento, como o Plano Diretor de Saneamento Básico, que não há previsão
117 orçamentária para alterar o tratamento de efluentes. Raquel Brostel afirmou que a Bacia Melchior
118 passou a ser utilizada para lançamentos de efluentes por conta da Bacia do Paranoá não comportar
119 mais efluentes, neste sentido o Zoneamento Ecológico-Econômico trouxe a sugestão de considerar
120 o planejamento urbano. Ela ressaltou que houve uma evolução, contudo o enquadramento vigente



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

121 tem um embasamento muito forte e para sua alteração é necessário um diálogo ampliado. O
122 Presidente do Comitê destacou que essa decisão de transferir os efluentes ao Melchior não teve a
123 participação popular, contudo foi feita há décadas, ele também informou que, representando o
124 Comitê, realizou uma visita à Estação de Tratamento de Esgotos Melchior e elogiou as melhorias
125 realizadas na ETE da Caesb. A representante da comunidade Filhas da Terra, Larissa Brenda
126 Cordeiro de Souza, apresentou a pesquisa que está desenvolvendo. Segundo ela, o Rio Melchior
127 não possui um Parque Ecológico, e que, mesmo com o forte odor, a população ainda utiliza as
128 águas do Rio. Por isso, destacou a importância em dialogar e informar a população ribeirinha. Ela
129 também apontou que o catálogo do estado não traz a informação de todas as nascentes do Rio
130 Melchior. Ela cobrou um projeto de despoluição do rio, assim como foi feito no Paranoá. Para
131 finalizar, ela questionou se existem outras empresas que lançam efluentes no rio e se há projetos
132 de compensação ambiental. Ivanete Silva, da comunidade de Ceilândia, ponderou que sabe que
133 todos que trabalharam nesta proposta de enquadramento são técnicos, contudo não conhecem a
134 realidade da comunidade de Ceilândia. Ela destacou que a frase que se ouve é que o Rio Melchior
135 foi escolhido para morrer e, nesta perspectiva, toda a comunidade também irá morrer. Ela propôs
136 que a comunidade seja ouvida e que trabalhe junto aos técnicos. Lima respondeu que para ele
137 também é difícil ver o Rio Melchior nesta situação e que não é fácil classificar um Rio em Classe
138 quatro. Ele complementou dizendo que o diálogo tem que ser feito com quem faz o uso irregular
139 da terra e das águas e com o estado, que as vezes foi omisso em algumas questões. Ele lembrou
140 que o Rio Paranoá foi despoluído e que tem de se pensar em projetos para o Rio Melchior. O
141 membro representante do ICMBio, Mauricio Cortines Laxe, questionou se o passivo ambiental
142 recebido pelo Rio Melchior poderia ser partilhado com futuros empreendimentos e, paralelamente,
143 se pensar em programas de revitalização do Rio. Lima respondeu que a discussão deve ser mais
144 ampla, envolvendo a capacidade de suporte do território. Para isso, seria necessário, inclusive,
145 dialogar com outros estados. Ele destacou que há avanços na gestão de recursos hídricos, mas é
146 necessário melhorar a integração das gestões das diversas áreas. A membra representante da
147 Fundação Mais Cerrado, Denise Paiva Agostinho, reforçou a importância de se pensar em
148 despoluição. O Presidente destacou que com as visitas técnicas realizadas na Bacia foi possível
149 verificar melhorias na Estação de Tratamento de Esgoto Melchior e que o Comitê enviou uma
150 carta à direção da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal solicitando



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

151 informações a respeito das demais obras em andamento relacionadas às adutoras de esgotos que
152 cruzam o Rio. A membra representante da Universidade Holística Internacional da Paz, Regina
153 Stella Quintas Fittipaldi, destacou que participou do processo de construção do enquadramento, e
154 que se sabe de ocupantes irregulares, em áreas na Granja do Ipê, em que a Agência Reguladora de
155 águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal cedeu outorga de direito de uso da água e há,
156 ainda, o apoio da Emater para produção agrícola. O membro Mauricio Cortines Laxe sugeriu que
157 as propostas e as reuniões do Comitê sejam mais divulgadas, inclusive na imprensa formal. Ele,
158 ainda, ratificou a fala de Regina, e destacou que o citado ocorre em todo o território do Distrito
159 Federal. A membra representante da Oca do Sol, Maria Consolación Vilaffâne Udry (Sol),
160 reforçou que é necessário repensar o planejamento de áreas rurais produtoras de água e unir forças
161 com todos para ter um instrumento real de regularização e normatização. O Presidente destacou
162 que a Bacia do Ponte Alta, por exemplo, que a montante apresenta um corpo hídrico com Classe
163 4, ainda não apresenta representação no Comitê. O representante da Comunidade de Sobradinho,
164 professor Raimundo Barbosa, comentou sobre a pesquisa feita sobre o risco ambiental do
165 adensamento urbano nos últimos trinta anos. Segundo ele, Sobradinho aumentou quatro vezes de
166 tamanho populacional desde mil novecentos e oitenta e nove. Ele compartilhou o sentimento de
167 pertencimento exposto pela Ivanete Silva em sua fala, acerca do Rio que banha a sua comunidade.
168 Apesar de não ser possível exportar pessoas, o professor destacou que é possível evitar o
169 adensamento urbano. Ele ponderou que a luta em relação ao Ribeirão Sobradinho acontece há onze
170 anos e eles não foram convidados para participar do diálogo do enquadramento. Ele enfatizou que
171 é preciso tomar providência em relação aos recursos hídricos no Distrito Federal. O Presidente
172 informou que há um Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê, para a revitalização do Ribeirão
173 Sobradinho e que já fizeram visitas técnicas no local. Ele também informou que fez uma simulação
174 junto aos seus alunos, que em dois mil e trinta e sete, o Ribeirão chegaria à Classe dois, com todas
175 as melhorias previstas para a ETE Sobradinho e caso não ocorresse aumento populacional na Bacia
176 Hidrográfica. Segundo o monitoramento feito, exposto pelo Carlo Renan Cáceres de Brito, o
177 Sobradinho foi enquadrado na Classe três. Destacou também que a Estação de Tratamento de
178 Efluente de Sobradinho é diferente da ETE Melchior. A representante da Secretaria de Estado de
179 Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Edna Aires, expos o índice de déficit
180 habitacional do Distrito Federal atual, com a perspectiva de chegada de mais setenta mil pessoas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

181 por ano. Ela frisou a importância de se trabalhar as políticas públicas de forma conjunta e a
182 importância da atuação do órgão fiscalizador. Ela também questionou se a Estação de Sobradinho
183 é de tratamento primário. Renan Brites esclareceu que Sobradinho é de tratamento secundário e
184 Melchior terciário. Edna também falou que está fazendo parte de um Grupo que está mapeando as
185 nascentes e contactará a Larissa para dialogar. Para finalizar, o Presidente do Comitê informou
186 que teve uma reunião com deputados da frente ambientalista do Distrito Federal que estão
187 dispostos a investir recurso em monitoramento. Sol informou que está desenvolvendo um trabalho
188 comunitário e que gostaria de participar deste mapeamento das nascentes. Na sequência, Edna
189 respondeu que tem conhecimento e é intenção do Grupo utilizar deste trabalho comunitário. **3.**
190 **Apresentação da Tese de Doutorado intitulada "Desenvolvimento de um Framework para**
191 **Avaliação da Integridade Ecológica de Riachos" – trabalho de pesquisa realizado por Camila**
192 **Aída Campos Couto (servidora da ADASA) e José Francisco Gonçalves Júnior (Orientador):**
193 O Presidente do Comitê, expos a solicitação da Sema para a criação de Grupo de Trabalho, no
194 âmbito do CBH, voltado para a ictiofauna do Rio Melchior. Fábio Becker sugeriu que a resposta
195 já seja formalizada no sentido de que o Comitê não tem condições de elaborar estudos enquanto a
196 cobrança pelos recursos hídricos não for implementada no DF. Ele também alertou que muitos
197 Grupos de Trabalho podem dar morosidade aos processos. O Presidente do Comitê convidou a
198 Camila Aída Campos Couto para apresentar a sua tese e contribuir com o diálogo. Para iniciar, ela
199 esclareceu que framework é uma sequência de ações para atingir um objetivo específico. Ela
200 também expos as várias atividades humanas que mudam os rios e afetam a sua integridade, fazendo
201 um paralelo entre a saúde humana e a saúde do rio. Na apresentação, ela pontuou os itens que
202 podem ser utilizados como indicadores de monitoramento do ecossistema aquático. No Brasil,
203 segundo ela, apenas São Paulo e Minas Gerais praticam algum tipo de monitoramento biológico.
204 A área de estudo da tese foi o Distrito Federal e entorno, com coletas diversas em campo. Após as
205 análises, foram identificadas as espécies mais sensíveis e as mais tolerantes. Os resultados
206 concluíram que pequenas alterações modificaram as comunidades. Ela destacou três fatores:
207 condutividades, fosfato e nitrato. Usando os indicadores, foi feita a análise das áreas do estudo. O
208 resultado mostrou que a maior parte dos cursos do rio está dentro de sua Classe de enquadramento.
209 Segundo apresentado, esse resultado mostrou que o enquadramento foi conservador. O Presidente
210 do Comitê reforçou que, apesar da tendência ser excluir a Classe quatro, ela existe e que não há



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

211 normativos que trazem a importância de fazer o monitoramento dos índices bióticos e sem eles
212 não é possível falar se o rio pode ser considerado “saudável” no que se refere à integridade biótica
213 do sistema. Sol questionou se o monitoramento poderia ser aplicado na Bacia Hidrográfica dos
214 afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal e qual o custo. A Denise parabenizou pelo trabalho
215 realizado e afirmou que a comunidade está muito interessada no monitoramento ambiental e citou
216 alguns projetos do Grupo que participa. O professor José Francisco Gonçalves Junior explicou que
217 a tese se iniciou em um Grupo de Trabalho que iria emitir um parecer sobre o monitoramento. Ele
218 destacou que esse monitoramento não é trabalhoso e não é dispendioso em recursos financeiros.
219 A Raquel, além de parabenizar o trabalho realizado, destacou que o ponto principal, segundo ela,
220 é conseguir mostrar que pequenas mudanças podem afetar os cursos da água. Ela também
221 questionou se há a perspectiva de bioindicadores para serem utilizados para lagos. Carlo Renan
222 Cáceres de Brito sugeriu que as especificidades do enquadramento sejam discutidas para a
223 elaboração de uma Resolução Conselho de Política Ambiental do Distrito Federal. Ele também
224 alertou que há um Grupo de Trabalho no Conselho de Política Ambiental do Distrito Federal para
225 discutir reúso de água na irrigação. Camila esclareceu que recomenda a utilização dos indicadores
226 apontados no estudo, e que os indicadores podem ser adaptados, portanto a estrutura do índice é
227 aplicável para lagos. Segundo a Camila, houve uma sugestão de desenvolver um artigo específico
228 sobre os custos deste monitoramento, mas um levantamento prévio apontou o custo de cerca de
229 cinco mil reais (para cerca de vinte pontos). Ela esclareceu que a mesma lógica pode ser aplicada
230 para entender as mudanças nas vazões ecológicas, mas que há a necessidade de estudos específicos
231 para isso. Ela exemplificou como as comunidades podem participar do monitoramento, em que a
232 própria comunidade faz a coleta de invertebrados, com a orientação do Governo, aumentando o
233 senso de pertencimento da sociedade nos cuidados do rio. O Presidente sugeriu que o Comitê
234 articule junto ao Conselho de Política Ambiental do Distrito Federal e ao Conselho de Recursos
235 Hídricos do Distrito Federal o diálogo sobre o enquadramento e a aplicação do monitoramento
236 ecológico. O professor José Francisco Gonçalves Junior colocou os laboratórios à disposição para
237 realizar o trabalho. A Sol ratificou a proposta, e sugeriu que seja feito um pacto conjunto. Denise
238 lembrou que está em curso o Parque Formador e que a proposta de biomonitoramento está sendo
239 inserida. Raquel destacou a importância do Comitê se apropriar do recurso da cobrança e não
240 depender apenas dos demais para efetivar suas ações. Raquel também sugeriu algumas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

241 apresentações para nivelamento de todos, como o Plano de Bacia, e para isso que se tenha reuniões
242 conjuntas. Raquel também solicitou que haja um encaminhamento formal para dar sequência ao
243 diálogo sobre o enquadramento, mas reforçou que seria interessante o relatório do Grupo de
244 Trabalho estar finalizado. O Presidente conversará com a coordenadora para fazer o melhor
245 alinhamento. O presidente explicou que os informes serão dados na próxima reunião, prevista para
246 15 dias, sendo eles: **III – Informes Gerais: 1. Ofício nº 1022/2021 – 1ª PRODEMA/MPDFT e**
247 **solicitação de prorrogação de prazo ao CRH – encaminhamentos da Resolução CRH Nº 7 de**
248 **20/11/2020, 2. Encaminhamentos ao CRH/DF, solicitação de prorrogação de prazo ao**
249 **CRH/DF – encaminhamentos da Resolução CRH Nº 7 de 20/11/2020; 3. Ofício nº 1355/2021**
250 **SEMA/DF – Estudo para salvaguardar a ictiofauna do rio Melchior, e 4. Outros.** Sem mais a
251 tratar, o presidente encerrou a reunião. Eu, Priscilla Alves da Rocha, lavrei a presente ata, que irá
252 assinada pelo Presidente e pelo Secretário Geral.

RICARDO TEZINI MINOTI

Presidente